

RUI NAMORADO

**OS LÍDERES COOPERATIVOS PORTUGUESES
E OS PRINCÍPIOS COOPERATIVOS**

Nº 156

Janeiro 2001

Rui Namorado

Centro de Estudos Sociais

Os Líderes Cooperativos Portugueses e os Princípios Cooperativos

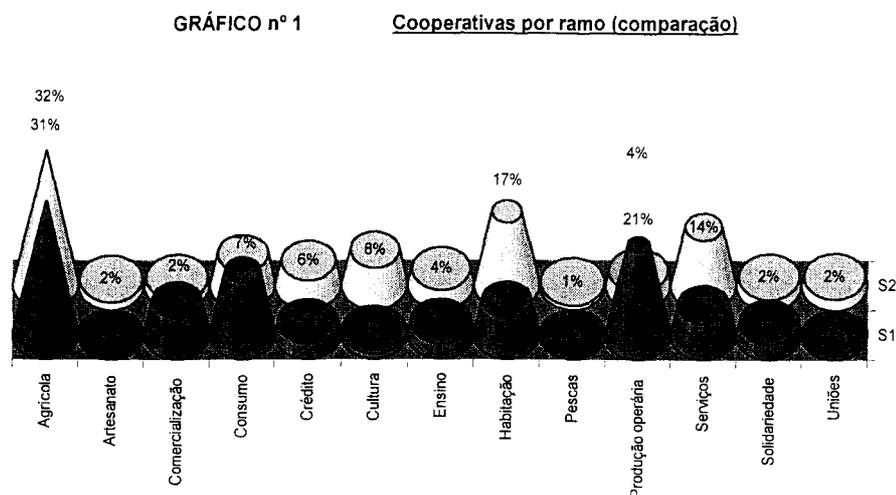
1. Introdução

1.1. Na sequência do Congresso das Cooperativas Portuguesas, realizado em Abril de 1999, foi feito um Inquérito aos Participantes no Congresso das Cooperativas Portuguesas (a partir daqui designado neste trabalho, simplesmente, por Inquérito), que visava obter informação sobre o modo como se posicionavam os participantes no Congresso quanto aos valores cooperativos e quanto a um conjunto de questões conexas. Foram obtidas 211 respostas num universo de 725 participantes. Para se ter uma ideia do significado da amostra deve recordar-se que as estatísticas oficiais apontam actualmente para a existência em Portugal de 2.740 cooperativas.

Permitimo-nos apenas, muito superficialmente, chamar a atenção para dois desfasamentos verificados entre a distribuição das respostas ao Inquérito, por ramos e por distritos, e a distribuição efectiva das cooperativas, por ramos e por distritos.

Deve, entretanto, dizer-se que se considerou que as cooperativas que assumiam a pertença a mais do que um ramo foram integradas naquele que mencionaram em primeiro lugar.

Quanto ao primeiro aspecto, verifica-se que o número de respostas obtidas está percentualmente abaixo do número de cooperativas em vários ramos: habitação, serviços, cultura e crédito; estando claramente acima: na comercialização, no consumo e na produção operária. Não houve respostas em dois ramos com escasso número de cooperativas - artesanato e pescas - enquanto as diferenças são reduzidas em outros três- agrícola, ensino e solidariedade social (Ver *Gráfico n.º 1*).

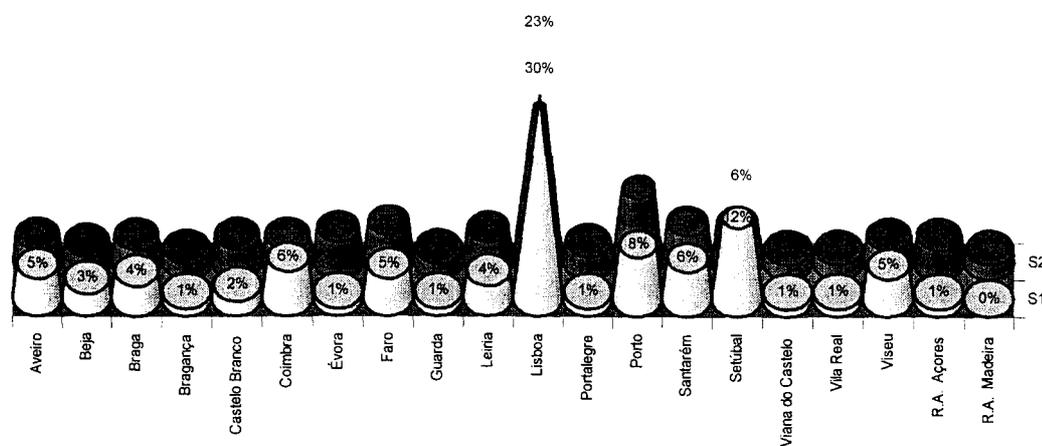


S1 – Cooperativas da Amostra

S2 – Cooperativas em Portugal

Quanto aos distritos, há uma percentagem claramente superior de respostas, em comparação com a distribuição real das cooperativas, em Lisboa e Setúbal; e ligeiramente maior, em Aveiro, Coimbra e Viseu. Há uma percentagem claramente menor, em Évora, Porto e Açores; e ligeiramente menor em Bragança, Castelo Branco, Guarda, Leiria, Portalegre Viana e Vila Real. Não há respostas da Madeira e estão com números parificados Beja, Braga, Santarém (Ver *Gráfico n.º 2*).

GRÁFICO n.º 2 Cooperativas por distrito (comparação)



S1 – Cooperativas da Amostra

S2 – Cooperativas em Portugal

1.2. O objectivo central da abordagem temática que aqui se vai empreender é o de determinar qual o grau de impregnação dos líderes cooperativos pelos princípios cooperativos.

Num segundo plano, poder-se-á ainda tentar saber se há alguns sectores do espaço delimitado pelos princípios cooperativos que sejam, particularmente, valorizados pelos líderes cooperativos portugueses.

Por último, procurar-se-á dar um passo, ainda que modesto e introdutório, na sentido de se saber se o modo como os líderes cooperativos encaram os princípios cooperativos traduz uma visão futurante da sociedade ou uma perspectiva arcaica.

1.3. No percurso analítico a efectuar, devem ter-se presentes alguns pressupostos que se dão como adquiridos.

Em primeiro lugar, deve assumir-se que os princípios cooperativos, que aqui estão em causa, são os que a ACI (Aliança Cooperativa Internacional) consagrou, na sua mais recente formulação, em 1995, no Congresso de Manchester. E assim eles têm de ser encarados como o aspecto essencial de uma identidade cooperativa então explicitada, que é também integrada pela expressa menção de um conjunto de valores, considerados pela ACI como os valores cooperativos; bem como por uma definição de cooperativa.

Em segundo lugar, não pode esquecer-se que os princípios cooperativos têm força jurídico-constitucional, na ordem jurídica portuguesa.

Em terceiro lugar, sem menosprezar a diversidade do espaço constituído pela identidade cooperativa, os princípios cooperativos valem como um todo, não sendo legítimo aceitar apenas como necessário o respeito por algum ou alguns deles.

Por último, deve ficar bem claro que o objectivo do Inquérito, cujos resultados aqui parcelarmente se exploram, é a aferição do grau de penetração da cooperatividade nos líderes cooperativos portugueses. De

modo nenhum, é o de aferir a correcção e a legitimidade dos princípios cooperativos.

1.4. Num relance muito esquemático, vale a pena recordar o sentido essencial dos princípios cooperativos da ACI.

1º - Adesão voluntária e livre -

Tem como eixos a voluntariedade nas relações dos cooperadores com as cooperativas e a liberdade de adesão às cooperativas.

2º - Gestão democrática pelos membros -

Tem por vector central a plena democraticidade, valorizada pelo estímulo à participação dos cooperadores na vida das cooperativas. Considera essencial que, nas cooperativas de primeiro grau, vigore sempre a regra de *um cooperador - um voto*.

3º - Participação económica dos membros -

Aponta para a equidade nas contribuições dos cooperadores e valoriza a propriedade comum de uma parte do capital das cooperativas. Limita a taxa de remuneração do capital, através dos juros. E para a distribuição de excedentes, quando for caso disso, consagra como critério o da intensidade das relações de cada cooperador com a sua cooperativa.

4º - Autonomia e independência -

Protege as cooperativas de tutelas externas, sejam elas públicas ou privadas.

5º - Educação, formação e informação -

Consagra, como eixos necessários e relevantes da cooperatividade, a educação, a formação e a informação. Prevê que os seus destinatários devam ser, quer os cooperadores, quer os trabalhadores das cooperativas, quer os cidadãos em geral.

6º - Intercooperação -

A cooperação entre cooperativas - quer formal, quer informal - é uma característica essencial do tecido cooperativo.

7º - Interesse pela comunidade -

O desenvolvimento sustentável das respectivas comunidades passa a ser um dos objectivos identificadores da cooperatividade.

1.5. Os princípios cooperativos, que acabam de ser sumariamente recordados, são o elemento central da identidade cooperativa, assumido desde 1995 pela ACI, na qual passaram a integrar-se desde então, os valores cooperativos.

Dividem-se em dois blocos. O primeiro é constituído pelos valores em que as cooperativas se baseiam: **auto-ajuda, responsabilidade individual, democracia, igualdade, equidade e solidariedade**. O segundo engloba os valores éticos que devem ser assumidos pelos cooperadores: **honestidade, transparência, responsabilidade social e altruísmo**.

A identidade cooperativa é completada pela definição de cooperativa, onde se consagra a ideia de que estamos em presença de uma síntese de associação e de empresa. E onde se reconhece a legitimidade de as cooperativas prosseguirem necessidades e aspirações não só económicas, mas também culturais e sociais.

2. Valores associados ao cooperativismo e sua projecção nos princípios cooperativos

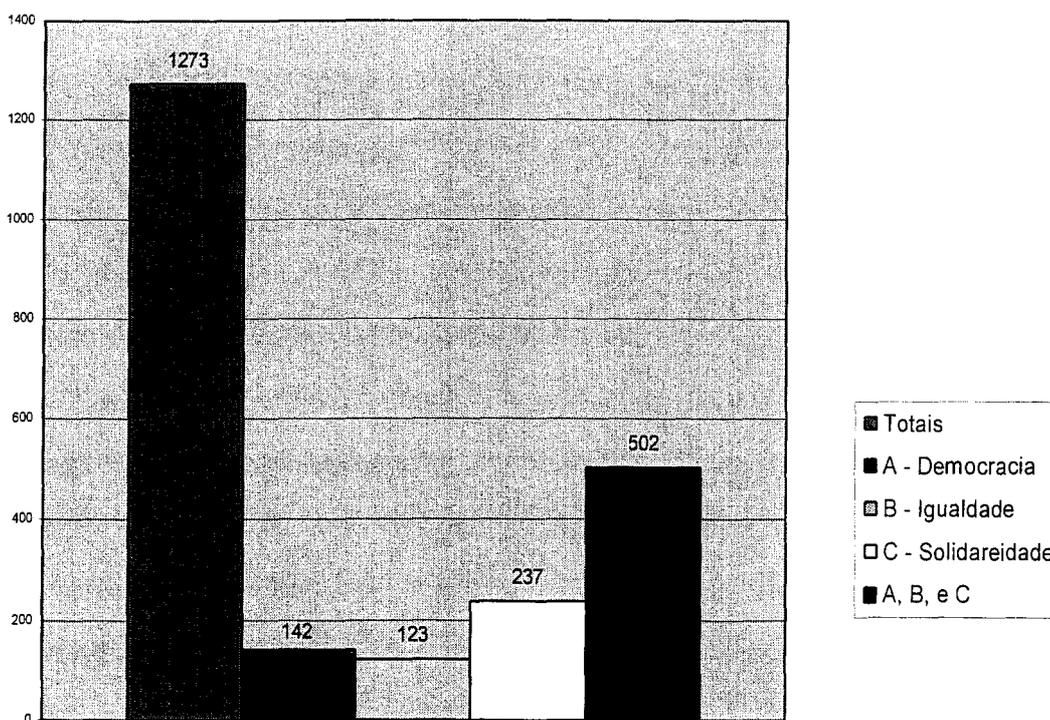
2.1. Na sua questão nº 2.3., o Inquérito menciona dezasseis valores, pedindo aos inquiridos para indicarem quais dentre eles lhes

parecem estar associados ao cooperativismo. No conjunto das 208 respostas, foram assinalados os diversos valores, no seu todo, 1273 vezes.

O valor mais mencionado foi o da "solidariedade para com os outros cooperadores" (145 vezes). Muito próximo deste, situou-se a "democracia" com 142 menções; um pouco menos destacado, situou-se a "igualdade", indicada 123 vezes.

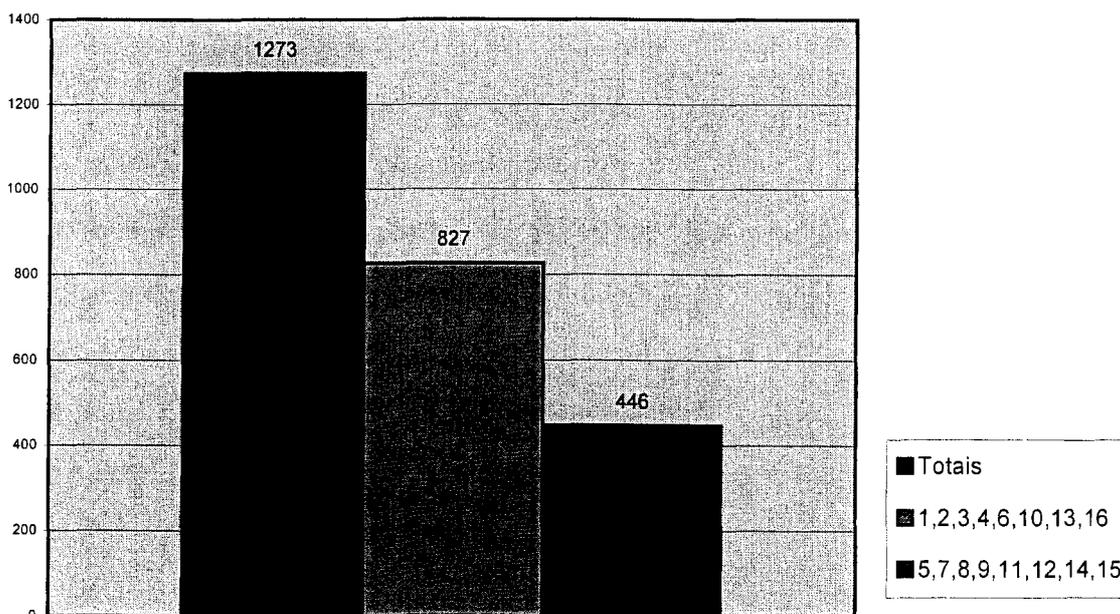
Se juntarmos a estes três valores a "solidariedade para com os outros cidadãos" (92 menções), constituiremos um conjunto formado pelos valores mencionados no Inquérito que correspondem a valores cooperativos integrados no elenco da ACI, atrás referido. No seu todo, eles foram mencionados 502 vezes (num total de 1273 indicações). Ou seja, um quarto dos valores oferecidos como opção pelo Inquérito representa 40% das menções (Ver **Gráfico n.º 3**).

GRÁFICO n.º 3 Combinações de valores associados ao cooperativismo



Se acrescentarmos a estes quatro valores a “liberdade”, a “independência”, a “justiça” e a “importância da educação”, obteremos um conjunto correspondente a metade dos dezasseis valores mencionados no Inquérito. Esta junção tem sentido, em virtude da evidente harmonia destes valores com a identidade cooperativa. Esses oito valores, mais directamente integráveis na identidade cooperativa, representam um total de 827 menções, contra 446 do outro bloco de oito, ou seja, 65% do total de referências (Ver *Gráfico n.º 4*).

GRÁFICO n.º 4 Combinações de valores associados ao cooperativismo



Nesta perspectiva, parece poder apurar-se a existência de uma apreciável impregnação dos líderes cooperativos portugueses pelos valores cooperativos que integram explicitamente a identidade cooperativa, ou com ela melhor se harmonizam.

Esta tendência mais se reforçará, se nos lembrarmos que, mesmo alguns dos valores considerados menos intimamente relacionados com a identidade cooperativa, estão longe de lhe serem antagónicos. Pelo contrário, convergem sem esforço com os que lhe são mais próximos. É o caso do "respeito pelos direitos humanos" (80 menções) e a "pertença ao grupo cooperativo" (97 menções), que, por si só, representam 14% do total de indicações. Se os juntássemos ao bloco atrás mencionado, esses dez valores corresponderiam a cerca de 80% do total das menções referidas aos dezasseis valores indicados.

2.2. Num segundo momento, procurei ligar cada um dos dezasseis valores em causa aos sete princípios cooperativos adoptados pela ACI, através de diversos espaços de conexão.

Ao princípio da "**adesão voluntária e livre**" fiz corresponder os valores da "liberdade" e da "capacidade de iniciativa individual".

Com o princípio da "**gestão democrática pelos membros**" articulei os valores da "igualdade", da "democracia" e da "cidadania".

Ao princípio da "**participação económica dos membros**" referenciei o valor da "justiça".

Como princípio da "**autonomia e independência**" liguei o valor da "independência".

Com o princípio da "**educação formação e informação**" relacionei os valores da "importância da educação e da formação" e do "desenvolvimento das novas tecnologias".

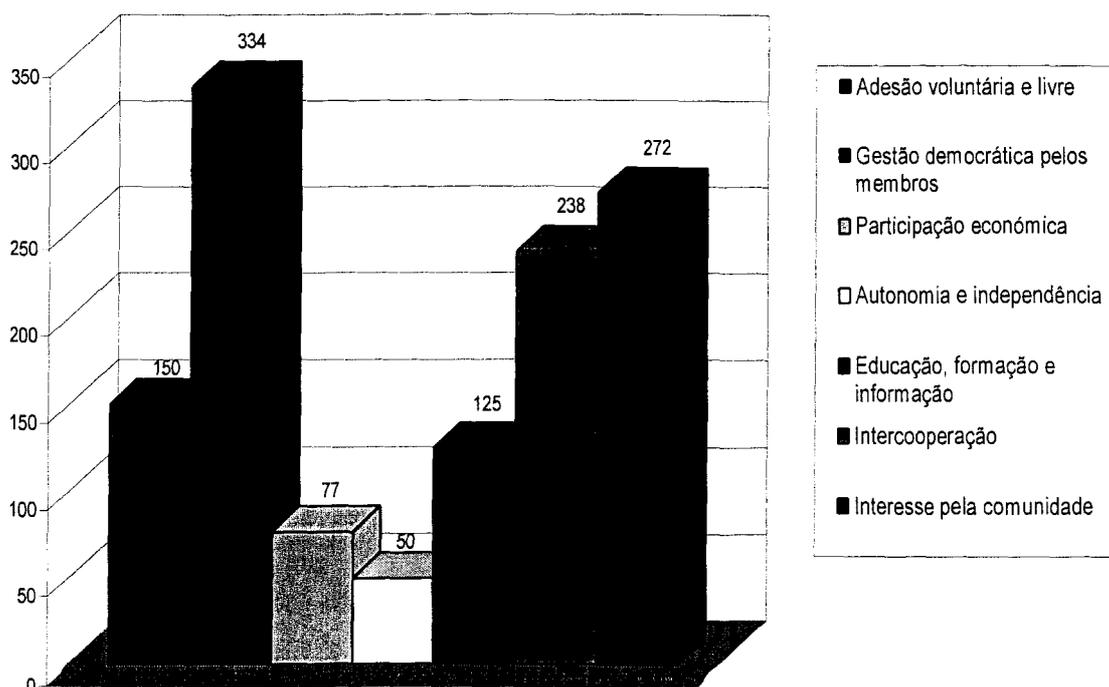
Ao princípio da "**intercooperação**" fiz corresponder os valores da "solidariedade para com os outros cooperadores" e do "desenvolvimento de novas tecnologias".

Por último, com o princípio do "**interesse pela comunidade**" relacionei os valores da "solidariedade para com os outros cidadãos", do "cumprimento de um dever", do "respeito pelos direitos humanos", da "protecção ecológica" e do "respeito pelas minorias étnicas".

Podemos colocar reservas quanto ao significado dos resultados desta estratégia, pelo seu carácter aleatório. Poderiam ser outros, se os valores escolhidos para o inquérito fossem outros. É possível que se conseguisse um conjunto de valores mais amplo ou mais equilibrado. Mas este conjunto pode abrir-nos pistas a partir de si próprio, sugerindo-nos leituras que se radicam nestas perspectivas e abrindo-nos pistas, sem pretender instituir uma qualquer verdade sólida e definitiva.

Verificou-se assim que o princípio que assumia maior relevo, a partir das escolhas quanto aos valores feita pelos líderes cooperativos, era o da "**gestão democrática pelos membros**", ao qual correspondiam 334 indicações (ou seja, 26% do total) (Ver *Gráfico n.º 5*).

GRÁFICO n5 Princípios cooperativos



Em seguida, destacava-se o princípio do "**interesse pela comunidade**", no âmbito do qual se conjugavam 272 menções (21%). Muito aproximado era o conjunto das preferências dirigidas ao princípio da "**intercooperação**" - 238 (19%).

O princípio que menos referências suscitou foi o da "**autonomia e independência**", dado ter atingido apenas 50 indicações. Pouco mais relevo foi dado ao princípio que indica como deve ocorrer a "**participação económica dos membros**" - 77 indicações.

O princípio da "**adesão voluntária e livre**" e o que consagra importância da "**educação, formação e informação**" situaram-se num plano intermédio - 150 e 125 indicações, respectivamente.

Desta conjugação dos resultados do Inquérito resulta uma imagem sugestiva da importância relativa que os líderes cooperativos atribuem aos diversos aspectos da identidade cooperativa. Valorizam especialmente o funcionamento democrático das cooperativas, dando grande importância ao seu envolvimento no processo de desenvolvimento sustentável respeitante às comunidades em que se inserem e atribuindo significativa relevância à cooperação entre cooperativas.

Estas conclusões não podem ser entendidas como um desfavor de alguns princípios, mas apenas como uma especial valorização de outros. Não é de estranhar que os líderes cooperativos valorizem os problemas funcionais das cooperativas e o reforço da rede de estruturas que o sector deve ser. O interesse pela comunidade, quando está em causa a adesão a valores, mais do que uma vivência quotidiana, é uma natural projecção, um reflexo esperado das escolhas de qualquer cooperativista.

3. Na raiz das opções

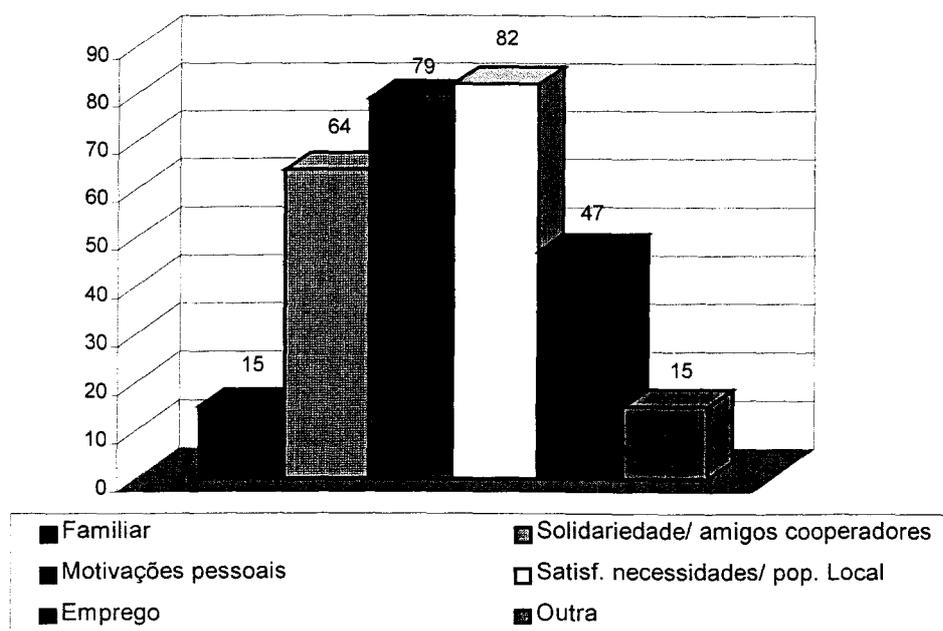
Percorrida a região central do tema do presente estudo, vamos agora procurar avaliar se outras respostas ao Inquérito nos revelam alguns aspectos do que está na raiz das opções que comentámos. Podemos assim ter uma imagem mais completa no sentido de algumas opções detectadas, ou encontrar incongruências e novas propriedades.

3.1. Factores que determinam a opção cooperativa.

Uma das questões inseridas no Inquérito pedia para se assinalarem os factores que determinaram a opção cooperativa dos inquiridos. Eram colocadas seis hipóteses: “influência familiar”, “solidariedade para com os amigos cooperadores”, “decisão individual”, “satisfação das necessidades da população local, emprego” e uma residual.

Foram feitas 305 menções. Os factores mais referidos foram a "satisfação das necessidades da população local" (82) e as motivações pessoais que se considerou serem a base da "decisão individual" (79). A "solidariedade para com os amigos cooperadores" foi referida 64 vezes (Ver *Gráfico n.º 6*).

GRÁFICO n.º 6 Factores que determinaram a opção cooperativa



Se atribuirmos um significado relativamente neutral às motivações pessoais que originaram a decisão individual de cada líder inquirido, dando apenas valor distintivo às outras hipóteses, verificamos uma apreciável congruência entre os indícios aqui recolhidos e o que atrás se constatou. Na verdade, a opção mais assinalada combina bem com o interesse pela comunidade. A opção referida, em terceiro lugar, harmoniza-se sem dificuldade com a cooperação entre cooperativas.

O emprego é um factor escassamente valorizado, em termos genéricos, ao ter obtido 47 indicações. Possivelmente, outros seriam os números, se fossem destacadas as cooperativas de trabalho, que são aquelas onde o problema do emprego pode obter respostas mais céleres e mais directas, pela via cooperativa.

3.2. Valores pessoais e outros pontos de vista.

3.2.1. O Inquérito procura, na sua questão 2.7., identificar os valores pessoais assumidos pelos líderes cooperativos, para o que estabelece um elenco de vinte (Ver *Quadro n.º 1*).

QUADRO n.º 1

Valores pessoais	
Mudança	79
Razão	97
Ciência	52
Desafogo económico	50
Concorrência	34
Risco	27
Prazer	80
Liberdade	150
Uniformização	19
Simplificação	72
Permanência	17
Amor	104
Fé	63
Qualidade de vida	151
Cooperação	167
Segurança	109
Moral	88
Igualdade	132
Personalização	46
Complexidade	7

Como se pode verificar, os valores pessoais mais referidos foram a "cooperação" (167), a "qualidade de vida" (151), a "liberdade" (150) e a "igualdade" (132). O destaque destes valores pessoais harmoniza-se bem como uma atitude de adesão à lógica e ao sentido dos princípios cooperativos.

Em contrapartida, os valores menos referidos foram a "complexidade" (7), a "permanência" (17), a "uniformização" (19), o "risco" (27) e a "concorrência" (34). Verifica-se que o risco não estimula os líderes cooperativos, nem a concorrência os entusiasma. Mas isso não os vincula à ideia conservadora de permanência, nem se entusiasma com a perspectiva cinzenta da uniformização. Não valorizam a complexidade.

3.2.2. O Inquérito procurou ajudar a compreender melhor a mentalidade dos líderes cooperativos submetendo três afirmações ao seu juízo:

1 - "As relações pessoais são mais importantes do que as vantagens obtidas" (2.4.). A reacção dos inquiridos foi avaliada por uma escala de concordância, tendo-se verificado que as relações pessoais são para elas claramente mais importantes do que as vantagens obtidas (Ver **Quadro n.º 2**).

QUADRO n.º 2

	1	2	3	4	5	6	7	
Discordo	6	2	8	27	27	36	41	Concordo

2 - "A opção pelo cooperativismo é uma opção racional ou transcendente" (2.5.). Para os líderes cooperativos a opção pelo

cooperativismo é uma opção mais racional do que transcendente (Ver *Quadro n.º 3*).

QUADRO n.º 3

	1	2	3	4	5	6	7	
Racional	39	20	9	34	20	14	9	Transcendente

3 - Quanto a saber se "um cooperador opta por mais eficácia ou por mais coesão", verifica-se que é dada pelos inquiridos mais importância à coesão, mas está muito longe de se negligenciar a eficácia (Ver *Quadro n.º 4*).

QUADRO n.º 4

	1	2	3	4	5	6	7	
Mais eficácia	17	8	14	45	27	17	14	Mais coesão

Para os líderes cooperativos, as pessoas são importantes, predominando a ideia de que o cooperativismo é uma via racional, devendo a importância da coesão não embotar a eficácia cooperativa.

3.3. Valores sócio-políticos e outras opções da mesma natureza.

3.3.1. O Inquérito procurou também apurar quais os aspectos que os líderes cooperativos consideravam mais importantes no mundo contemporâneo, pedindo-lhes que ordenassem cinco por ordem de importância. Identificou esses aspectos como valores sócio-políticos, tendo elaborado uma lista de 14: "crescimento económico", "estabilidade da economia", "controle da inflação", "ordem no país", "combate ao crime", "participação no trabalho e na comunidade", "menor

impessoalidade na vida social”, “participação na vida política”, “liberdade de expressão”, “beleza nas cidades e nos campos”, “maior importância às ideias do que ao dinheiro”, “fiabilidade e robustez das forças armadas”, “maior coesão social”, “reforço da educação”.

Se procurarmos determinar quais, de entre os catorze valores mencionados, se aproximam mais da identidade cooperativa, podemos destacar quatro: “participação”, “liberdade de expressão”, “maior coesão social” e “reforço da educação”. Se tomarmos em conta as menções até ao quinto lugar (como era pedido, mas não foi completamente compreendido pelos inquiridos que em alguns casos assinalaram mais do que cinco dos valores indicados), verificamos que, em conjunto, esses quatro valores somaram 432 menções, enquanto os outros dez se ficaram no seu todo pelas 404 menções.

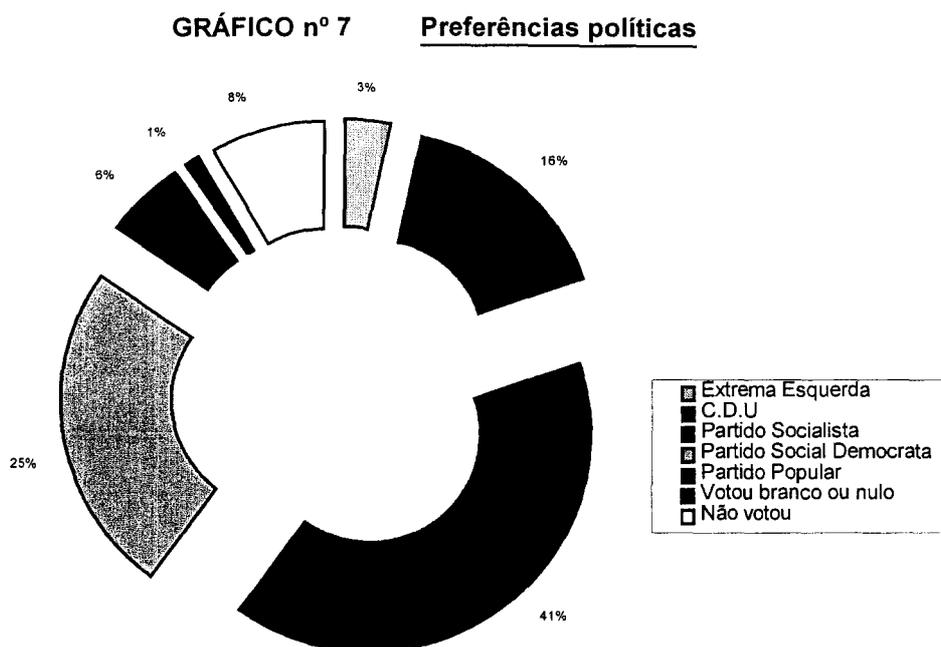
A “liberdade de expressão” foi o valor mais vezes mencionado em primeiro lugar - 40 -, num total de 118 menções nos cinco lugares. O “reforço da educação” foi mencionado 29 vezes em primeiro lugar, num total de 119 menções para os cinco lugares. A “maior coesão social” foi indicada 107 vezes, 20 das quais no primeiro lugar. A “participação” foi indicada 88 vezes, 14 das quais no primeiro lugar.

No conjunto de 173 menções do valor considerado mais importante, 103 corresponderam aos quatro valores referidos como mais próximos da identidade cooperativa. Nunca foram indicados em primeiro lugar: “controle da inflação”, “menor impessoalidade na vida social”, “participação na vida política”, “beleza nas cidades e nos campos”, “fiabilidade e robustez das forças armadas”.

Há congruência entre o destaque dos valores mais citados e uma atitude de adesão aos princípios cooperativos.

3.3.2. O Inquérito (2.1. e 2.9.) procurou também apurar quais eram as preferências dos líderes cooperativos, quanto aos partidos políticos e quanto à ideologia política. Inquiriu-se, desse modo, sobre o voto nas últimas eleições e sobre as opções ideológicas. Ficou clara a existência de um significativo pluralismo partidário e ideológico entre os líderes cooperativos.

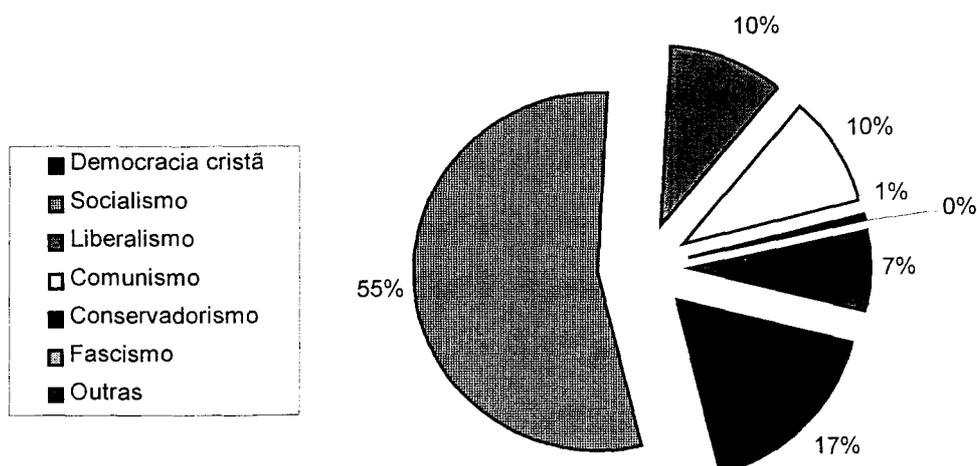
Quanto às escolhas partidárias (Ver *Gráfico n.º 7*), verifica-se que o PS, com 41%, ficou cerca de três pontos abaixo da sua representatividade eleitoral em 1999; que o PSD, com 25%, ficou também cerca de 7% abaixo; que o PP ficou quase 3% abaixo; que o BE ficou próximo da sua representatividade eleitoral; e que a CDU quase duplicou a percentagem que obteve nas eleições.



Quanto às opções ideológicas, como se pode ver (Ver *Gráfico n.º 8*), 55% optaram pelo socialismo; 17%, pela democracia cristã; 10% pelo liberalismo; 10% pelo comunismo. Apenas 1% assumiu o

conservadorismo e ninguém optou pelo fascismo, embora 7% tenham optado pela categoria residual que abrangia outras ideologias.

GRÁFICO nº 8 Ideologias políticas



Chama a atenção o facto de quase 40% dos líderes que optaram partidariamente pela CDU não terem optado pelo comunismo. Também se verifica que o universo dos líderes cooperativos, que partidariamente optaram pelo PSD e pelo PP, se assume predominantemente como democrata cristão ou liberal.

As preferências e opções que se encontraram não manifestam qualquer contradição com a atmosfera cooperativa que atrás se identificou.

4. Alguns elementos de contextualização

Percorrendo uma zona temática com conexões, ainda menos directas do que a anterior, com o tema central deste estudo, vamos procurar nela alguns elementos para a sua contextualização. Ficaremos

assim com uma ideia mais precisa da atitude dos líderes cooperativos perante algumas realidades que, de mais perto ou de mais longe, contendem com as práticas cooperativas.

4.1. Preferências no campo das políticas sociais.

O Inquérito, na questão 2.10., procura apurar quais as políticas sociais em vigor que são consideradas mais importantes pelos líderes cooperativos. Para isso, pede aos inquiridos que ordenem, de acordo com o grau decrescente de importância, as onze que menciona (Ver *Quadro n.º 5*).

QUADRO n.º 5

Políticas sociais + importantes	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º
Garantia de um rendimento mínimo	43	25	15	10	10	3	9	2	5	3	5
Cobertura de riscos pela S. Social	52	13	19	12	9	5	10	6	4	1	1
Garantia de um salário mínimo	25	30	18	9	11	10	3	5	6	2	0
Subsídio aos desempregados	4	11	21	15	12	9	13	12	3	9	1
Admissão de reforma antecipada	3	6	8	8	6	0	7	9	9	9	20
Apoio a idosos/ domicílio e outros	23	29	31	31	12	7	4	6	3	3	3
Apoio a crianças e jovens	8	31	31	18	22	11	7	2	4	1	0
Instituição de albergues nocturnos	0	0	4	4	5	9	7	18	11	14	6
Apoio às famílias	16	15	14	19	27	14	8	7	8	4	2
Apoio à toxicoddependência	1	4	5	8	14	9	7	6	9	14	17
Apoio à aquisição de casa própria	6	17	13	22	21	13	10	1	9	11	9

Um olhar mesmo superficial que percorra os números referentes às respostas obtidas, mostra que as preferências mais destacadas envolvem a “garantia de um rendimento mínimo” e a “cobertura generalizada de riscos pela segurança social”.

Num plano mais modesto, quanto ao nível de preferência, situa-se a “garantia de um salário mínimo”, bem como o “apoio a idosos no domicílio, através de refeitórios e centros comunitários”.

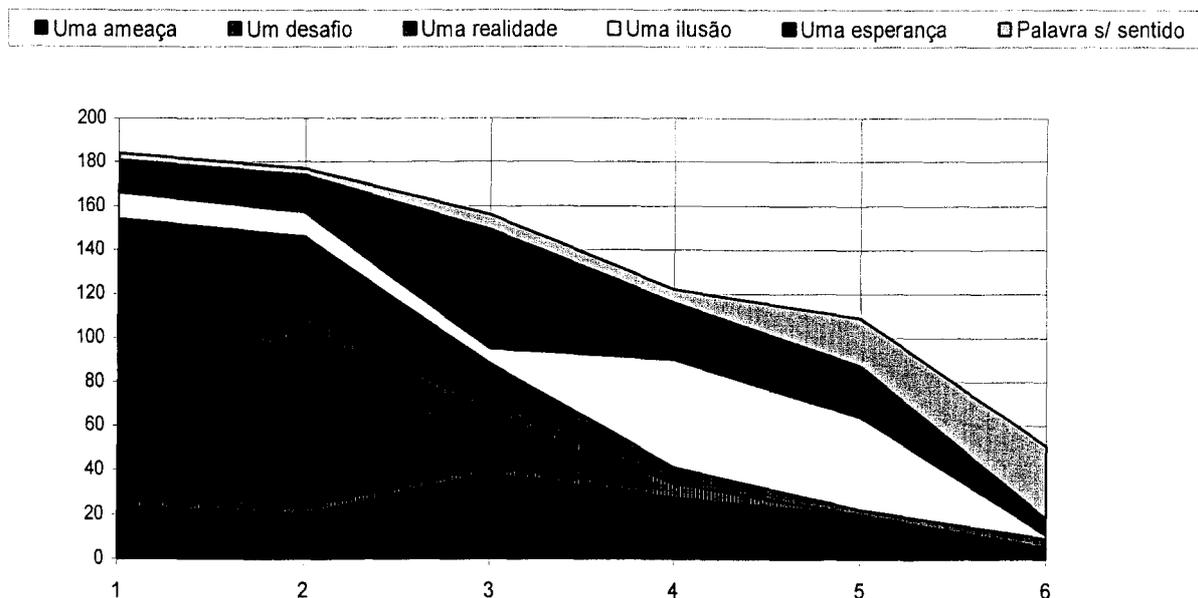
Os líderes cooperativos parecem valorizar, especialmente, as políticas sociais que têm uma função reguladora e compensatória das sequelas sociais correntes, suscitadas pelo modelo económico dominante.

4.2. Opiniões quanto à globalização.

Na questão 2.11., o Inquérito procura conhecer como é encarada pelos inquiridos a globalização. Para isso, pede para ordenar por ordem decrescente de preferência seis qualificações propostas: ameaça, desafio, realidade, ilusão, esperança, palavra sem sentido.

Uma observação sumária dos resultados (Ver *Gráfico n.º 9*) mostra um nítido predomínio das opiniões que encaram a globalização como realidade.

GRÁFICO n.º9 Globalização (opiniões)



Poderemos ainda aferir melhor o significado do conjunto das respostas, se colocarmos, de um lado, os que reflectem uma atitude mais

pessimista e, do outro, os que revelam um maior optimismo. Qualificaremos como optimistas os que encaram a globalização como desafio ou como esperança. Qualificaremos como pessimistas os que vêem nela uma ameaça ou uma ilusão.

Verifica-se que a atitude optimista predomina claramente em confronto com a perspectiva pessimista.

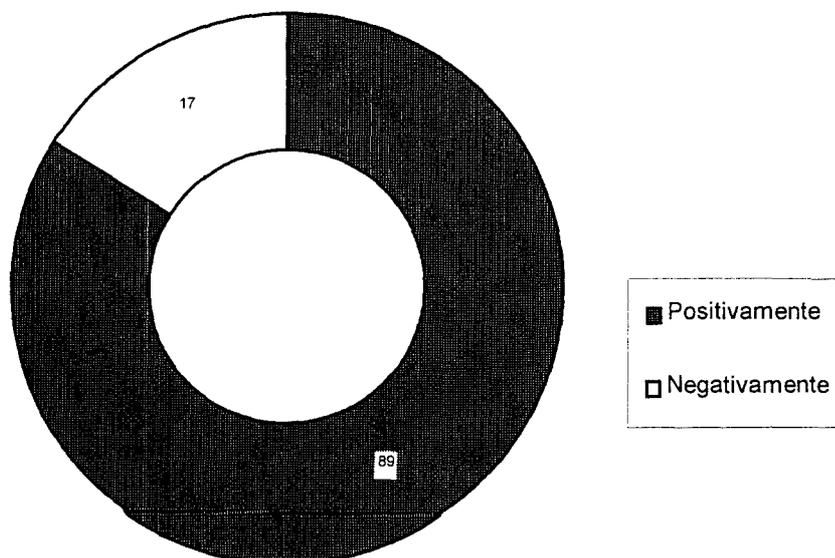
A importância atribuída à problemática da globalização durante o Congresso das Cooperativas Portuguesas parece ter suscitado alguns frutos. Os líderes cooperativos não parecem excessivamente crispados perante a globalização, encarando-a com realismo, mas sem conformismo.

4.3. Opiniões quanto a atitudes e políticas dos entes públicos

4.3.1. Os líderes cooperativos foram questionados sobre os apoios ou discriminações do Governo, da Administração Pública e da União Europeia.

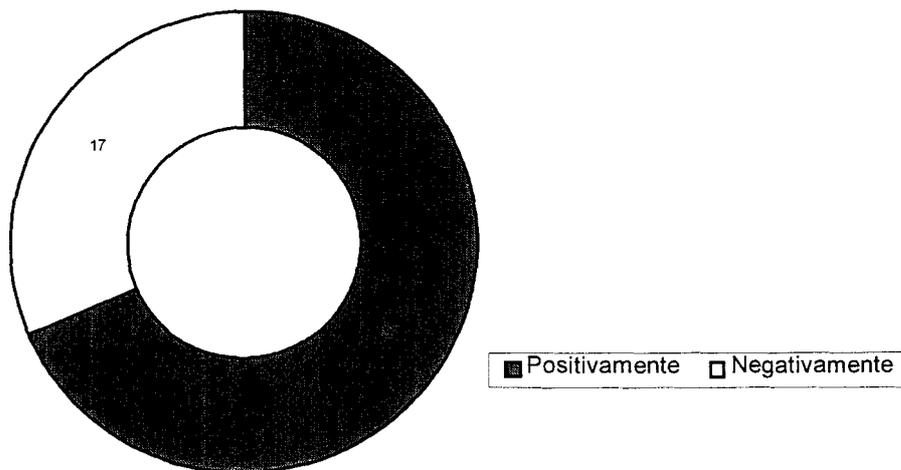
Quanto ao Governo, 107 acharam terem sido discriminados; 95 acharam que não; e 3 disseram não saber. Dos que acharam que sim, 89 consideram ter sido discriminados positivamente e apenas 17 acharam ter sido discriminados negativamente (Ver *Gráfico n.º 10*).

GRÁFICO n.º 10 Discriminadas pelo Governo como?



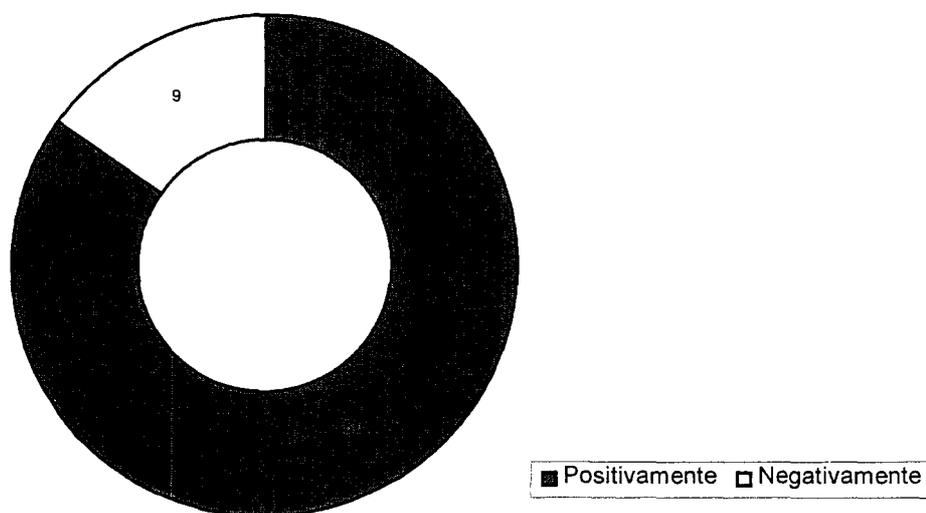
Quanto à Administração Pública, 89 acharam não ter sido discriminados e 57 acharam que sim. Destes, 37 acharam terem-no sido positivamente e 17 acharam terem-no sido negativamente (Ver *Gráfico n.º 11*).

GRÁFICO n.º 11 Discriminadas pela Administração Pública como?



Quanto à União Europeia, 117 acham que não foram discriminados; e 64 acham que sim. Dos últimos, 50 acham que o foram positivamente e 9 acham que o foram negativamente (Ver *Gráfico n.º 12*).

GRÁFICO n.º 12 Discriminadas pela Comunidade Europeia como?

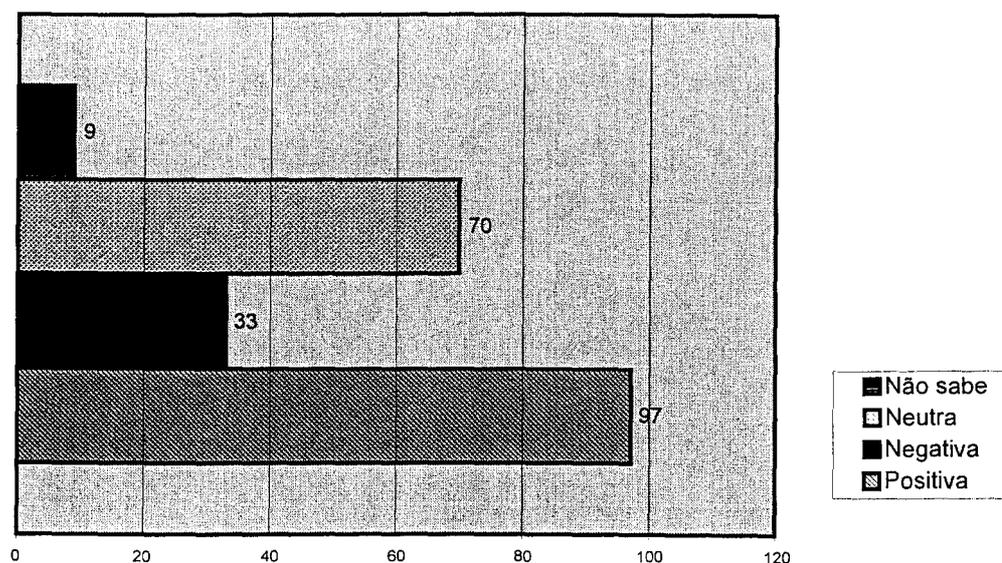


Das respostas obtidas, parece resultar uma imagem das relações entre as cooperativas e os entes públicos, com algumas sombras. Mas o que fica clara é a hierarquia entre os níveis de apreciação aos três tipos de entidades em causa no que diz respeito aos líderes cooperativos portugueses. A imagem da Administração Pública é pior do que a da União Europeia, a qual é, por sua vez, pior do que a do Governo.

4.3.2. O Inquérito pergunta depois (3.4.), especificamente: “Como considera a política do actual Governo para com as cooperativas?”

Responderam que não sabiam apenas 9, num total de 209. Dos 200 inquiridos que exprimiram uma opinião, 97 acharam-na positiva, 70 acharam neutra e apenas 33 a acharam negativa (ou seja, menos 17% dos inquiridos) (Ver *Gráfico n.º 13*).

Como considera a política para com as cooperativas do actual Governo ?



Sem poder falar-se de uma avaliação entusiasta, não há dúvida que o Governo (em 1999, liderado por António Guterres) gerou nos

líderes cooperativos uma avaliação positiva no que concerne à política cooperativa. De facto, 48,5% têm opinião positiva e 35% consideram a política do Governo para com as cooperativas como neutra, o que significa mais de 83% de opiniões não negativas.

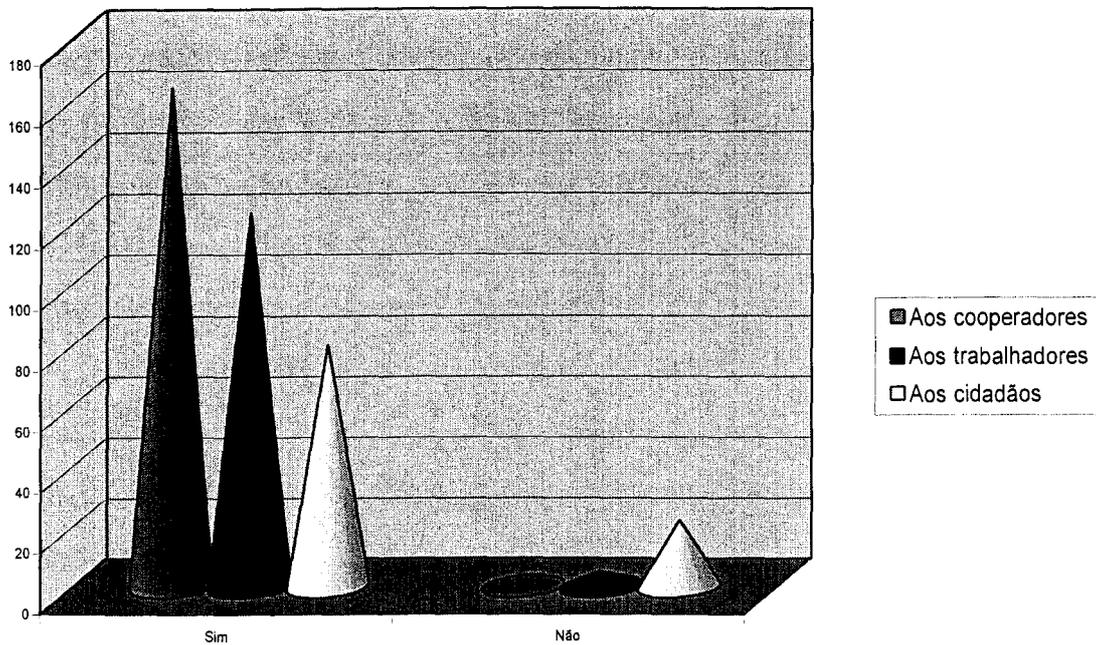
4.4. Alguns aspectos do funcionamento das cooperativas a que pertencem os líderes.

Foram formuladas no Inquérito diversas questões com incidência na divulgação dos princípios cooperativos, no apoio ao desporto, na formação profissional, na participação em instituições culturais e no apoio a instituições científicas.

4.4.1. Pergunta-se no Inquérito (3.5.) se a cooperativa de cada um dos inquiridos divulga os princípios cooperativos. Dos 202 que responderam a esta questão apenas 26 (13%) disseram que não, tendo os outros 176 (87%) afirmado que as respectivas cooperativas divulgavam os princípios cooperativos.

Quanto a saber quem eram os destinatários dessa divulgação, o Inquérito dava três hipóteses não alternativas: cooperadores, trabalhadores da cooperativa e cidadãos em geral. Das respostas dos líderes inquiridos, 167 mencionaram os cooperadores, 126 os trabalhadores da cooperativa e 81 os cidadãos (Ver **Gráfico n.º 14**).

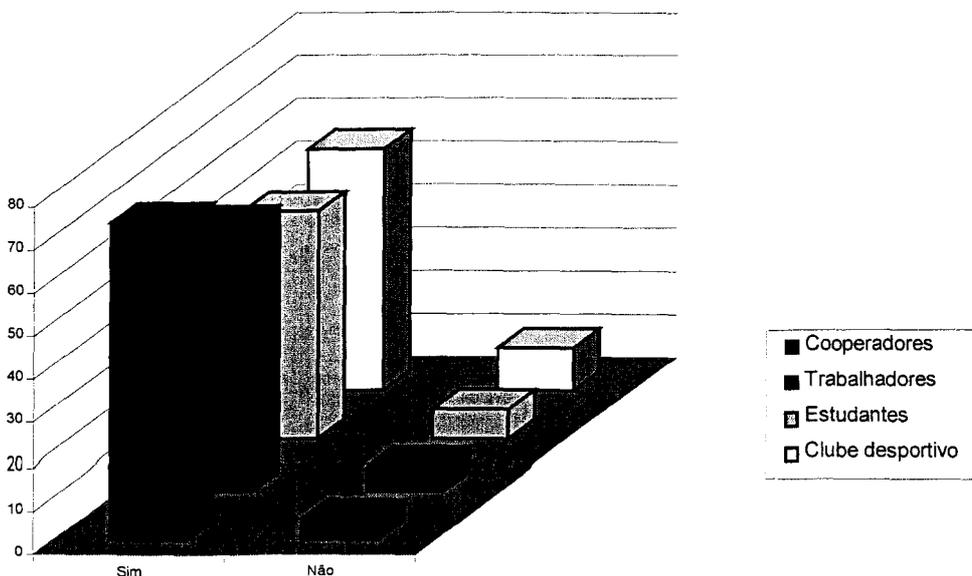
GRÁFICO nº 14 Divulga os princípios cooperativos, a quem?



4.4.2. Quanto a conhecer-se o apoio das cooperativas ao desporto (3.6.), foram obtidas 206 respostas. Responderam que sim 119 (58%) e que não 87 (42%).

Perguntava-se também se esse apoio era dirigido aos cooperadores, aos trabalhadores, aos estudantes da zona ou ao clube desportivo local. Houve 73 respostas referindo os cooperadores; 61 referindo os trabalhadores; 53, os estudantes; e 56, o clube desportivo (Ver *Gráfico n.º 15*).

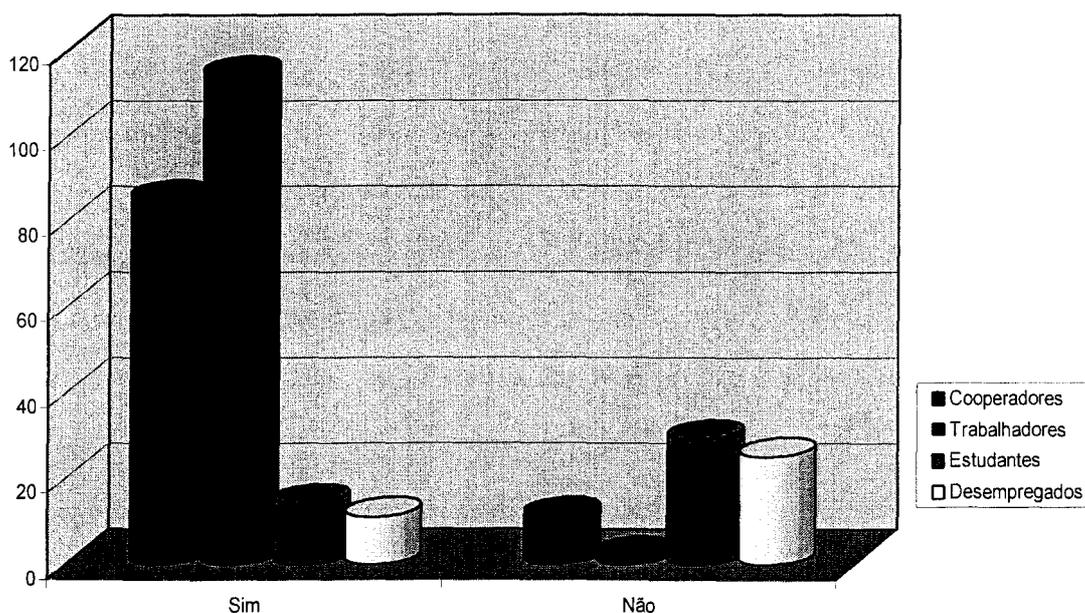
GRÁFICO nº 15 Cooperativa apoia o desporto de quem?



4.4.3. O Inquérito procurava também apurar se as cooperativas ministravam formação profissional (3.7.) e quais eram os seus destinatários.

Responderam 204 inquiridos, 133 dos quais (65%) afirmativamente; e 71 (35%), negativamente. Quanto a saber quais os grupos sociais beneficiários dessa formação, houve 114 respostas que mencionaram os trabalhadores, 85 referiram os cooperadores. Apenas 14 mencionaram “os estudantes da zona” como beneficiários dessa formação e 11, “os desempregados da zona” (Ver *Gráfico n.º 16*).

GRÁFICO n.º 16 Ministra formação profissional a quem?

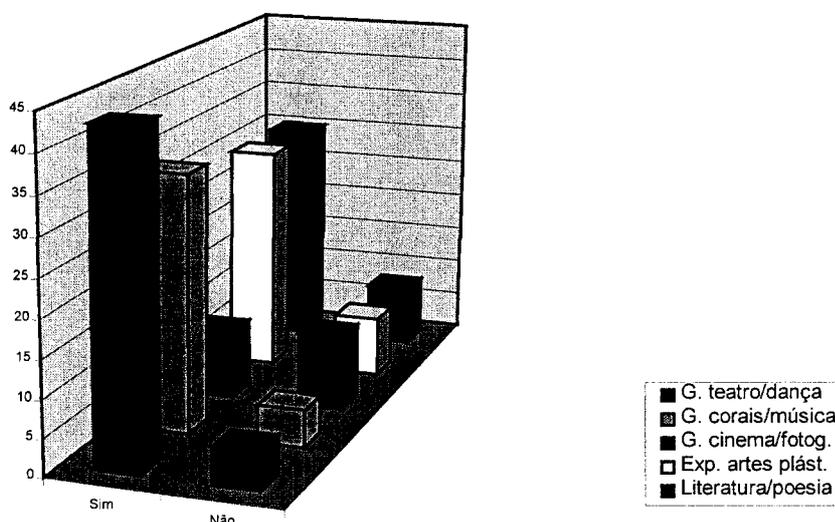


4.4.4. O Inquérito pretendeu determinar o grau de empenhamento das cooperativas em actividades culturais, perguntando aos líderes cooperativos: “A sua Cooperativa participa em instituições de cultura?” (3.8.). Em 203 respostas, apenas 76 foram afirmativas – só 37% participam em instituições culturais.

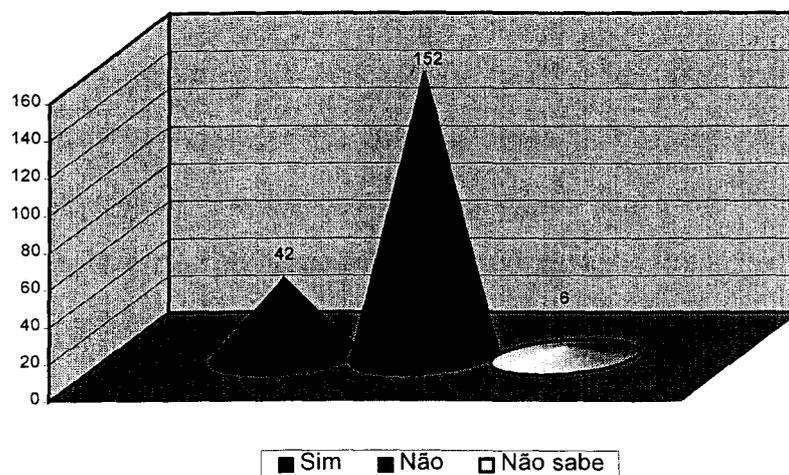
Essa participação suscitou a propositura de seis hipóteses: 1) “grupo de teatro ou de dança”; 2) “grupos corais/organização de saraus de música”; 3) “grupos de cinema ou fotografia”; 4) “acolhe ou organiza exposições de artes plásticas”; 5) “apoia a literatura ou a poesia”.

Dos que responderam afirmativamente houve um relativo equilíbrio entre o teatro/dança (43), os corais (34), as artes plásticas (30) e a literatura (30). Menos menções – 9 – obteve o cinema (Ver **Gráfico n.º 17**).

GRÁFICO n.º 17 Que instituições de cultura?



4.4.5. Por último, o Inquérito perguntou: “A sua Cooperativa apoia instituições de ciência?” (3.9). Das 204 respostas, 6 disseram não saber, 152 foram negativas e apenas 42, positivas (Ver **Gráfico n.º 18**). Ou seja, só 21% dos líderes cooperativos respondeu que a sua cooperativa apoiava instituições de ciência.

GRÁFICO nº 18 A sua cooperativa apoia instituições de ciência ?

4.4.6. Se olharmos para estes cinco tópicos criticamente, podemos constatar que eles sinalizam um panorama claramente esperançoso. Os líderes cooperativos revelam um especial cuidado na divulgação dos princípios cooperativos e na formação profissional, são sensíveis ao desporto e à cultura e não são completamente alheios à ciência. Tendo em conta o grau de desenvolvimento do nosso país e a natureza das actividades das cooperativas globalmente consideradas, os níveis verificados são bastante aceitáveis.

Reflectem uma consistência relevante de todo um contexto que dá profundidade e espaço de enraizamento às opções dos líderes que, por sua vez, revelam uma boa impregnação pelos princípios cooperativos.

5. Conclusão

Numa breve conclusão, quero apenas salientar aquilo que, com mais detalhe, ficou patente ao longo do texto.

Verificou-se que a impregnação dos líderes cooperativos portugueses que responderam ao Inquérito atingiu uma grau razoável e

parece enraizada no conjunto de valores por eles assumidos. Ela revela uma atitude congruente com as perspectivas sociais e as visões do mundo indiciadas. Não se revela contraditória com as opções ideológicas manifestadas.

As regiões do espaço delimitado pelos princípios cooperativos mais valorizadas são as ocupadas pelos princípios de gestão democrática, da intercooperação e do interesse pela comunidade.

Se projectarmos estas opções no horizonte da sociedade como um todo, o seu significado enriquece-se. Elas revelam um claro envolvimento nos problemas da sociedade, a valorização da actuação em rede, bem como de uma gestão participada, com partilha de responsabilidades e de protagonismo.

Tudo isto se harmoniza com uma visão futurante, que se não autolimita, encarando como definitivo o tipo de sociedade em que vivemos. Sem cair num optimismo ingénuo, o realismo revelado pelos líderes cooperativos parece aberto à ideia de uma sociedade mais livre, mais justa, mais solidária e mais criativa.

BIBLIOGRAFIA

ACI (1968), *Los principios cooperativos - nuevas formulaciones de la alianza cooperativa internacional*. Saragoça: Escuela de Gerentes Cooperativos.

ACI (1987), *Nuevos enfoques de los principios cooperativos en el mundo*. Rosário: Ediciones IDELCOOP.

COLE, G. D. (1988), "Rochdale. Son premier projet. Ses premiers principes (1844-1862)", *Communautés*, nº83, Paris.

DABORMIDA, Renato (1987), "Evoluzione dei principi e del diritto cooperativo: dall'utopia ad imprenditoria del futuro", *Rivista della Cooperazione*, nº31, Roma.

Jornadas sobre Princípios Cooperativos (1988). Madrid: Ministério de Trabajo y Seguridad Social.

LEITE, João Salazar (1982), *Cooperação e intercooperação*. Lisboa: Livros Horizonte.

MACPHERSON, Ian (1996), *Princípios cooperativos para o século XXI*. Lisboa: INSCOOP.

MATEO BLANCO, Joaquín (1990), *El retorno cooperativo*. Saragoça: Institución Fernando el Católico.

NAMORADO, Rui (1979), "Os princípios cooperativos e a Constituição", *Vértice*, nº417-418 e nº420-421, Coimbra.

NAMORADO, Rui (1983), "Abrir os princípios cooperativos sem os esquecer", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 12, Coimbra.

NAMORADO, Rui (1995), *Os princípios cooperativos*. Coimbra: Fora do Texto.

NAMORADO, Rui (2000), *Introdução ao direito cooperativo*. Coimbra: Almedina.